

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, às dezenove horas e quinze minutos, no Centro de Eventos Ismael Nery – CENTUR – do município de Belém, Estado do Pará, foi iniciada a Audiência Pública para discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental do AHE Belo Monte. A Audiência foi presidida pelo Presidente do Ibama, Sr. Roberto Messias Franco e teve como secretário executivo o Sr. Paulo Diniz – Superintendente do Ibama no Estado do Pará. Compôs a mesa de abertura o Sr. Roberto Messias Franco, o Sr. Paulo Diniz, o Sr. Valter Cardeal – Eletrobrás, o Sr. Maurílio Monteiro – Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia, representante do Governo do Estado do Pará, o Sr. Rodrigo Timóteo da Costa e Silva, Procurador da República, o Sr. Raimundo de Jesus Coelho de Moraes, Promotor de Justiça. O Presidente fez as saudações aos presentes, ressaltando a importância dessa audiência pública e da oportunidade de todos serem ouvidos, inclusive os participantes da sala contígua que estão ouvindo e presenciando esta audiência. Em seguida procedeu a leitura do regulamento que rege a Audiência, incluindo a cláusula extraordinária que oferece aos representantes do Ministério Público um tempo de 15 minutos para considerações. Dando continuidade, o representante do Governo do Estado do Pará fez a saudação aos presentes, dizendo da posição do Governo Estadual e Federal em fomentar o desenvolvimento de forma sustentável procurando inserir o projeto da AHE Belo Monte num programa de inserção e desenvolvimento regional. Falou do pleito do Governo Estadual em inserir no edital do leilão a possibilidade dos autoprodutores, forma de garantir a participação de empresas do Pará no consumo da energia gerada. Em seguida, fazendo o uso da palavra, o Sr. Rodrigo Timóteo – Procurador da República, fez constar o repúdio contra a metodologia dessa audiência pública, ressaltando que fez essa mesma ponderação nas audiências públicas anteriores. O Sr. Raimundo de Moraes – Promotor de Justiça, também questionou a condução da audiência pública, comentando da falta de tempo para que autoridades e pesquisadores analisassem os estudos ambientais e conclamou os presentes que concordassem as suas ponderações que se retirassem da audiência pública. Em seguida fez uso da palavra o representante da Eletrobrás. O Presidente da mesa desfez a mesa de abertura e compôs a mesa diretora com o Sr. Paulo Diniz, do Ibama, e o Sr. Valter Cardeal, da Eletrobrás. Em seguida chamou a Sra. Moara Giasson, Analista Ambiental do Ibama, que fez a apresentação dos procedimentos que norteiam o licenciamento ambiental pelo Governo Federal, destacando a importância da fase de Audiências Públicas. Ressaltou que após a audiência pública, há um prazo de 15 dias para que qualquer interessado apresente documentos e considerações junto ao Ibama. Seguindo o regulamento, o presidente da mesa passou a palavra ao Sr. Valter Cardeal para apresentação, em 15 minutos, do projeto do AHE Belo Monte. Apresentou o papel da Eletrobrás no processo, explicando também o atual modelo do setor elétrico e o projeto da usina com localização das estruturas e cronograma de obras relacionado ao processo de licenciamento. A seguir foi projetado vídeo institucional com detalhamento do aproveitamento proposto. Após a apresentação da Eletrobrás, a empresa Leme Engenharia, responsável pela elaboração dos estudos, fez a apresentação dos estudos ambientais. A Sra. Cristiane Vieira iniciou sua apresentação com um vídeo do diagnóstico ambiental. Após o vídeo, foi explanado sobre os impactos e medidas mitigadoras propostas no EIA, além de mudanças no projeto indicadas pelos estudos ambientais.

Finalizou a apresentação com a conclusão da empresa pela viabilidade ambiental do empreendimento, desde que sejam conduzidos os programas ambientais previstos e observadas as mudanças propostas. O Presidente encerrou a primeira etapa dos trabalhos, dando um intervalo de trinta minutos, e o secretário executivo esclareceu que serão distribuídos formulários para questionamentos quanto aos estudos, após o qual se encerra o prazo para entrega dos formulários.

Retomando os trabalhos, o Presidente convida para compor a mesa os técnicos da Leme Engenharia, responsáveis pela elaboração do Estudo Ambiental, o Sr. Ademir Palocci – representante da Eletronorte e o Sr. Valter Cardeal representando a proponente do projeto - Eletrobrás, além dos representantes do Ibama. O presidente da mesa inicia a etapa de debates convidando os inscritos para as perguntas orais. A primeira questão tratou da solicitação de iniciar os programas de capacitação imediatamente após o leilão da obra, de modo a assegurar emprego na região. Em seguida, o Deputado Federal José Geraldo condenou a atitude do Ministério Público Estadual e Federal em se ausentar do debate e conclamar os presentes a fazerem o mesmo. Apresentou sua preocupação com a interação entre a sociedade, os empreendedores e os Governos Federal e Estadual de modo a garantir ampla discussão sobre a implementação dos programas ambientais. Foi respondido que logo após a definição do ganhador do leilão esses debates devem iniciar. Após, foi feito um pronunciamento sobre o impacto das ações de governo de controle florestal e da pecuária na região, dizendo que o empreendimento é esperança de emprego e renda para a região. Apresentada a solicitação de redução tarifária para a região, sendo esclarecido que uma revisão tarifária só é possível mediante legislação. O Deputado Federal Paulo Rocha condenou a atitude do Ministério Público, no que julgou uma exorbitância das suas funções ao conclamar a retirada de pessoas da audiência pública. Também apresentou a preocupação que o empreendimento esteja ajustado a políticas públicas que garantam o desenvolvimento sustentável da região. Foi feita uma manifestação de crítica a apresentação que nas questões sociais estão bastante simplórias, e exigindo respeito aos direitos humanos dos atingidos. Esclarecido que a apresentação tratou de maneira concisa dos programas de atendimento às populações, mas que nos estudos ambientais eles estão completos e visam atender todos os direitos dos atingidos. Foram feitas manifestações de apoio ao empreendimento, ressaltando as preocupações com o início imediato das ações de fortalecimento da região. Foi respondido que essas ações só podem iniciar após o leilão da obra. O Deputado Estadual Wandenkolk também condenou a atitude dos Procuradores, e apresentou seu apoio ao empreendimento desde que sejam contempladas no edital as políticas públicas de apoio a região. Também solicitou que seja permitida a exploração florestal das áreas que serão alagadas. Foi respondido que a exploração florestal só poderá ser autorizada após a Licença de Instalação da obra. Outro representante apresentou a solicitação que os conselhos municipais participem das discussões a respeito dos programas ambientais, sendo respondido que basta a sociedade se organizar que o empreendimento com certeza terá que ouvi-los. A Prefeita de Altamira falou do seu apoio ao projeto, indicando a necessidade de atender de maneira antecipada as carências dos municípios em infraestrutura de serviços públicos de modo a torná-las aptas a receber o grande fluxo de população. A índia Xipaya

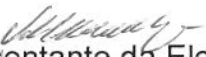
apresentou suas preocupações com as comunidades indígenas e ribeirinhas solicitando que sejam devidamente atendidas. Em seguida passou-se as perguntas escritas que trataram de questões sobre impactos sobre a pesca, onde foi respondido que estão propostas medidas de apoio a atividade de pesca, inclusive de peixes ornamentais, com fortalecimento de sistemas de produção adequados a redução de produção do sistema tradicional, e criação de um comitê de pesca para acompanhamento dessas medidas. Apresentado a preocupação com o aquecimento por efeito de gases gerados pelo reservatório, sendo esclarecido que foi feita avaliação da emissão de CO2 e metano para permitir avaliar as mudanças que poderão advir da instalação dos reservatórios. Foi questionado sobre o processo de remoção dos atingidos, sendo respondido que a remoção só inicia após a Licença de Instalação e que os locais de destino serão discutidos com essa população. As avaliações serão feitas por equipes técnicas credenciadas pelo empreendedor. Sobre a supressão da vegetação foi esclarecido que somente ocorrerá após um inventário florestal e na fase do licenciamento de instalação da obra. As áreas ao redor dos reservatórios na Área de Preservação Permanente deverão ser reflorestadas. Sobre a atividade de produção de tijolos, foi respondido que novas áreas foram identificadas e serão implementados programas de apoio de maneira a garantir a manutenção dessa atividade. Sobre os programas de treinamento e qualificação, eles estão indicados nos estudos ambientais e deverão ser detalhados nos programas ambientais e serão buscadas parcerias com entidades do sistema de serviços sociais e sindicatos. Quanto à desmobilização, os empregos não são extintos numa mesma época, mas de acordo com o andamento da obra, e a própria dinamização da economia que é esperada vai atender um parcela desses trabalhadores, e outra parcela vai acabar deixando a região. Foi garantido que todas as áreas atingidas serão indenizadas e os valores serão estabelecidos mediante planilhas que serão discutidas com a população. Serão propostas duas alternativas: reassentamento e indenização. Pergunta quando será iniciado o processo da negociação e a preferência por moradores locais. Em resposta é afirmado que será dada essa prioridade, serão iniciadas as negociações pelas áreas que serão primeiramente afetadas pelas construções iniciais: alojamento e estruturas de apoio às obras. Manifestação oral: O vereador Adalberto Aguiar fez uma manifestação em repúdio à postura dos membros do Ministério Público. O representante dos comerciantes questiona acerca da possibilidade de uma reunião entre os diversos atores desse processo acerca de definir quais ações deverão ser feitas na região com o intuito de receber o empreendimento. A representante da associação comercial de Altamira manifesta apoio ao empreendimento desde que o mesmo seja acompanhado dos investimentos previstos no Plano de Desenvolvimento Regional a serem realizados antes do início das obras da barragem e pergunta quais seriam as ações para possibilitar os comerciantes em serem fornecedores para a obra. O Sr. Cardeal afirmou que uma vez que o empreendimento seja leiloadado haverá a oportunidade para discutir essas questões. Uma moradora de Altamira repudiou a ação dos membros do Ministério Público e solicitou que os mesmos agissem no sentido de resolver as questões relacionadas ao INCRA que têm trazido prejuízos a muitos moradores. O Sr. Fábio Rangel defensor público do município de Altamira indica da necessidade de apoio as entidades públicas que terão a função de minimizar os impactos sociais advindos da implantação do empreendimento e neste sentido,

destaca da necessidade de programa com tal escopo no âmbito do Estudo Ambiental, afirmou também que a função da defensoria é a de advogar a favor da população e não de se pronunciar contra ou a favor do projeto. Capitão da Polícia Militar do Estado do Pará destaca a preocupação de sua corporação acerca da necessidade de um planejamento adequado das questões de segurança pública naquela região. Com relação às garantias de que as ações propostas no EIA serão cumpridas, foi afirmado pelo representante da Eletrobrás que todas as ações deverão ser cumpridas devido à necessidade de cumprimento da legislação, foi informado pelo Presidente dos trabalhos que em eventual descumprimento das ações definidas, o IBAMA pode vir a aplicar sanções administrativas ao empreendedor inclusive o embargo da obra. A representante da associação madeireira de Altamira manifestou o apoio ao empreendimento condicionado ao favorecimento do seu setor. A representante de Altamira solicitou que fosse registrado o repúdio a ação dos membros do Ministério Público nesta audiência pública. Ainda solicitou que o empreendedor envidasse esforços na implementação de ações em apoio ao desenvolvimento do setor madeireiro e também o investimento na capacitação dos trabalhadores locais.

Foi protocolado durante a audiência: Ofício 059/009/PRESIDENCIA do SINTICMA; Documento da AIMAT; Revista da Federação Nacional dos Urbanitários;

Registrou-se a presença de 620 pessoas que assinaram a lista de presença, tendo a participação de um grande número de pessoas que se recusaram a registrar sua presença. O Presidente às 1h08min do dia 16.09.09, agradeceu a presença de todos os participantes e convidados presentes e deu por encerrados os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata sucinta, que eu, e os demais participantes que assim desejarem assinar.


Presidente da Mesa:


Representante da Eletrobrás


Representante da Leme Consultoria:


Secretário Executivo:


Secretário da Ata Sucinta: